



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A Ocupação da Câmara Legislativa do DF: um estudo de caso com foco no ativismo autonomista brasileiro

Adriana Coelho Saraiva

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
adrianacsaraiva@gmail.com

1. Introdução

Os movimentos sociais contemporâneos, especialmente aqueles surgidos a partir do final da década de 1990, provocam questões concernentes à forma como se organizam e como se relacionam entre si, com outros atores do cenário político-social e com representantes do Estado. Sua relação com o que se convencionou chamar de democracia – ou a democracia representativa – é também alvo de inúmeras conjecturas. Esse artigo trata de etnografia realizada sobre uma ação de protesto desenvolvida por ativistas integrantes de diferentes organizações, por ocasião da eclosão do escândalo conhecido como ‘Caixa de Pandora’, comprometendo o governador, vice-governador e inúmeros políticos do Distrito Federal, em 2009. A etnografia tem como foco um grupo específico de protagonistas, ou seja, os ativistas do Movimento Passe Livre - MPL, um movimento autônomo brasileiro, cuja trajetória de ação está vinculada à constituição de movimentos sociais autônomos no Distrito Federal; à luta pela reestruturação dos transportes urbanos e à formulação de uma noção de direito à cidade. Trata-se de um movimento pautado por princípios (bastante difundidos entre movimentos sociais contemporâneos), como anti-capitalismo, horizontalidade, autonomia, decisão por consenso, prefigurativismo e deshierarquização de lutas, entre outros¹. Dentre suas fontes de inspiração encontram-se os movimentos contemporâneos, como zapatistas, movimentos anti-globalização, piqueteiros e assembleístas argentinos, e, os mais antigos, autonomistas alemães e italianos, além de expressões políticas e contra-culturais identificadas com maio de 1968.

Com características bastante fluídas de atuação, o MPL-DF tem alternado momentos de grande movimentação, realizando massivas manifestações de rua, com momentos em que parece desaparecer do cenário político-social brasileiro. Seus ativistas costumam partilhar a característica da multimilitância, ou seja, a atuação simultânea ou alternada em várias frentes de movimentos autônomos como raciais, étnicos, punks, apoio aos Zapatistas, de gênero,

¹ O prefigurativismo é um conceito de origem anarquista, que anula a distância entre meios e fins, criando uma noção de revolução como processo cotidiano, que se afiniza com a noção ‘o pessoal é político’, adotada por feministas e ativistas em geral dos ‘novos movimentos sociais’. Para uma visão mais detalhada dos princípios que norteiam os movimentos autônomos, ver Saraiva (2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Centro de Mídia Independente - CMI, MADU, Bicletada ou o Movimento Santuário dos Pajés². Boa parte deles se mantém ligada a dois ou mais coletivos simultaneamente, mas também ocorrem casos em que ativistas se desligam de alguns coletivos para se concentrar apenas em um. Os ativista autônomos, ou autonomistas, também se envolvem intensamente com outras causas locais e, nesses momentos, costumam atuar conjuntamente com outros atores do cenário político, como partidos políticos de esquerda, sindicatos e entidades representativas como UNE, UBES (aos quais os autonomistas se referem como ‘militantes institucionais’), bem como outros movimentos sociais não autônomos, em uma relação com variados níveis de interação e/ou conflito. Um exemplo dessas ações é o movimento Fora Arruda e Toda Máfia (2009/2010), sobre o qual passarei a me deter nesse artigo.

No final do mês de novembro de 2009, os habitantes do Distrito Federal foram surpreendidos por denúncias feitas contra o Governador José Roberto Arruda, seu vice Paulo Octávio e vários membros da Câmara Legislativa do DF, dentre eles o então Presidente da instituição. As acusações eram feitas por um colaborador do alto escalão do Governo Arruda, ex-aliado do Governador anterior, que, sob acordo de delação premiada, entregou à Polícia Federal inúmeros vídeos comprometedores por ele produzidos, envolvendo as principais personagens do governo local em recebimento de propina. Várias articulações começaram a ser feitas para a realização do *impeachment* do governador, mas, de antemão, todos sabiam que se tratava de tarefa árdua, posto que o mesmo tinha maioria absoluta na Câmara e as denúncias abundavam contra inúmeros deputados distritais.

Após a realização de protestos, no dia 2 de dezembro, e aparentemente de forma espontânea, um grupo de pessoas ocupou o plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Encabeçado inicialmente por militantes da CUT, PT, UJS, UNE, vários ativistas autônomos e estudantes secundaristas, o grupo forçou a entrada no prédio passando a ocupar o Plenário, sob a resistência dos seguranças do órgão. Dentro do Plenário, iniciou-se a formação de comissões (logística, segurança, comunicação e mobilização). Mas havia uma certa confusão entre os militantes sobre os rumos que a ocupação deveria tomar.

Sob a alegação de que era necessário desocupar o plenário para que fossem lidos os pedidos de *impeachment*, houve, na perspectiva dos integrantes autonomistas, uma manobra por parte dos militantes do PT, PC do B, CUT, UNE e UJS, para que todos saíssem do

² MADÚ é um coletivo que atua contra o especismo, ou seja, contra a hierarquização das espécies sob um ponto de vista antropocêntrico; e Santuário dos Pajés, que luta contra a construção do Setor Noroeste, em Brasília, em uma área de preservação, utilizada tradicionalmente por indígenas de diversas etnias, quando se encontravam no DF.



plenário, propondo que após a referida leitura, voltar-se-ia a ocupar o espaço. Nesse momento, a queixa dos autonomistas era a de que esses partidos / organizações ‘tratoraram’ a votação para a desocupação, atrapalhando a fala e a votação das propostas divergentes. Com a desocupação e leitura do pedido de *impeachment* por parte dos deputados distritais, os integrantes do PT, PC do B, CUT, UNE e UJS se retiraram da Câmara, não sem antes provocar aqueles que permaneciam no recinto:

“O que vocês vão ficar fazendo aí, bando de filhinhos de papai? Vão pras ruas, convencer as massas...”

Os ativistas autônomos, por sua vez, quando desocuparam o plenário pela primeira vez, resolveram reunir-se em um canto para discutir o que fazer. Nas palavras de uma ativista do MPL:

“Quando todo mundo saiu (do plenário), uma galera mais autônoma começou a conversar. Aí a gente foi combinando tudo: aqui é pra conversar; não é pra fazer discurso, nem falar com raiva ou ganhar no grito. Vamos conversar como a gente acha que deve ser a ocupação” (militante do MPL).

De acordo com outro ativista do MPL, esse foi o momento de ‘quebra’, quando os autonomistas passaram a dar o tom da ação. Na medida em que alguns integrantes de partidos e entidades representativas foram novamente se aproximando, o grupo já estava formado, as regras do debate já haviam se estabelecido e os que quiseram se juntar ao grupo tiveram que respeitá-las. Assim, o grupo decidiu, mais uma vez, adentrar ao plenário, voltando a forçar a porta do recinto. Nesse momento, junto com os ativistas autônomos, encontravam-se alguns militantes do PSOL, PSTU e da Assembleia Popular. A partir daí, transcorreu uma semana de ocupação, noticiada todos os dias pela imprensa e acompanhada por um grande contingente da população.

Na primeira noite e dia da ocupação da Câmara Legislativa do DF, os ativistas se concentraram inteiramente no estabelecimento das regras de funcionamento da ocupação. Esse é um momento crucial, pois os princípios devem ficar muito claros para os ocupantes, principalmente por se tratar de pessoas com culturas políticas tão distintas.

Diante da repercussão causada na sociedade que considera, em geral, a ocupação um ato estranho e radical, os ocupantes lançaram notas explicativas. Em uma delas, afirmavam:

“Queríamos acompanhar pacificamente a entrega de um dos pedidos de *impeachment* contra o governador. No entanto, fomos barrados em plena ‘Casa do Povo’. (...) Não estamos aqui para invadir ou depredar o patrimônio público, como tem sido divulgado pela mídia, em mais uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais. (...) Exigimos que a Câmara aprove o *impeachment* de Arruda, Paulo Octávio e a cassação dos /as deputados/as envolvidos/as.”

A ocupação da Câmara Legislativa foi palco de inúmeras discussões, sobre variados temas, com projeção de filmes sobre a ação de movimentos sociais. Os cartazes



confeccionados também davam o tom da ação, com dizeres que diziam respeito ao contorno político mais amplo da manifestação, incluindo reivindicações concretas, questões logísticas cotidianas e manifestações contra corrupção³. Alguns comentários sobre uma Assembleia, realizada no plenário da CLDF, em 04 de dezembro de 2009, com a participação de mais de 100 pessoas, pode ser útil à visualização dos diversos estilos de atuação política em interação.

Tratava-se de uma Assembleia importante, onde seria decidido o destino da ocupação, diante da informação de que o presidente interino do órgão, Cabo Patrício (PT), havia entrado com pedido de reintegração de posse do local na Justiça. Havia uma certa tensão no ar e os diferentes grupos se concentravam em espaços específicos da sala. Além dos ativistas autônomos, havia militantes do grupo Zumbi dos Palmares, PSTU, PSOL, alguns professores da rede pública do DF, sindicalistas, representantes das associações de moradores, enfim, o espaço havia se convertido em um autêntico comitê anti-arruda. Depois de uma grande demora, a Assembleia se inicia. À frente está um dos militantes autônomos que insiste em falar sem microfone. A despeito dos clamores de alguns participantes para que se utilizasse o equipamento, o ativista permanece falando em tom baixo: “É preciso que a gente se acalme e se ouça...” e continua pedindo que as pessoas parem de falar e escutem.

Fazendo-se silêncio, inicia-se a composição da mesa. À medida que vão sendo escolhidos os membros da mesa, grupos políticos adversários se manifestam contrariamente a um ou outro. Nesse momento, outro militante autônomo intervém:

“Vamos atuar sem querer privilegiar nenhum grupo político. Não é isso que está em jogo aqui”.

A Assembleia tem início, não sem antes ser combinado que não seriam batidas palmas ou feitas expressões barulhentas de apoio ou desagrado a quem estivesse falando. Ao invés disso, o apoio seria transmitido mediante o erguimento das mãos e sua agitação no ar, em manifestação totalmente silenciosa. Além disso, um dos militantes da Assembleia Popular (e também do PSOL), lembrou que a ‘mesa’ deveria sentar-se no mesmo plano da Assembleia, como já havia sido acertado em Assembleia anterior. A reunião então transcorreu, de modo geral, calmamente. Em alguns momentos, era nítida a diferença de

³ “Nem todo patife é ladrão, mas todo ladrão é político. Fora Arruda!”; “Sou planaltinense e tenho vergonha desses políticos!”; “OH, senhor, somos falhos!!! Não explodimos a CLDF!”; “Por que só pobre vai pra cadeia? Coincidência???” “Mais fortes são os poderes do povo!!! Paz entre nós, Guerra aos senhores!”; “Participação popular autônoma. Mudar o mundo sem tomar o poder. Morte ao estado burguês!” “Horizontalidade!”, “Assembleia Popular! Autonomia! Participe!”; “Fora o Noroeste! Viva o bananal!”; “Anulação do PDOT!” “Reutilize seu copo. Lave e traga de volta. Use sua caneca, se tiver.” Ou “Reutilize seu copo. Traga sua caneca”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

expressão entre autonomistas e militantes “institucionais”: enquanto os primeiros tendiam a falar em tom de conversa, os últimos se expressavam mais como oradores, com entonações e palavras de efeito. Foi possível perceber também que, enquanto os últimos tendiam a projetar o acréscimo de grande número de pessoas nas ações empreendidas na Câmara, imaginando a adesão das “massas de trabalhadores” e da população em geral, os autônomos alertavam para o fato de que não era tão fácil envolver tantas pessoas assim. Esse episódio pareceu repetir alguns outros por mim presenciados, como as reuniões preparatórias do Grito do Excluídos marcado para o 7 de setembro de 2008, quando militantes de centrais sindicais (CUT e CONLUTAS) prometeram a integração de um grande número de pessoas ao ato e os autonomistas fizeram uma pequena projeção de sua participação. Na hora do evento, os autonomistas compareceram em número igual ou ligeiramente superior ao estimado, enquanto os demais vieram com número de participantes muito inferior ao prometido.

Cabem aqui algumas reflexões concernentes a essa Assembleia realizada na ocupação da CLDF. A mudança no comportamento de seus participantes parece bastante notável. O fato de o microfone não ser utilizado, por escolha dos participantes, obrigando as pessoas a acalmarem-se e permanecerem em silêncio para ouvir o outro; o fato de sentarem-se todos, deliberadamente, no mesmo plano (quando havia a alternativa de ocuparem a mesa da Presidência da CLDF, em um plano superior); a decisão de realizar manifestações silenciosas de apoio - que não desrespeitam ou atrapalham quem fala, são mecanismos, entre outros, que parecem apontar para uma forma de comunicação em que se busca a horizontalidade, o respeito ao ponto de vista do outro e o consenso. O evento tende a transformar-se, assim, em um momento onde a conversa dá o tom, em que todos procuram falar e ouvir o outro, embora o conflito e a divergência de posições continue a existir. Quando o consenso não é encontrado, procede-se à votação dos pontos divergentes, com defesas específicas para cada tópico, como é de praxe nas reuniões dessa natureza entre militantes “institucionais”. Entretanto, a votação é um procedimento adotado nessas circunstâncias, quando se encontram posições muito diferentes e grupos de concepções diversificadas. No caso de reuniões exclusivas de ativistas do MPL-DF, o consenso é buscado de forma peremptória, e, não sendo possível obtê-lo, deixa-se a questão em ‘banho maria’, adotando-se uma posição intermediária e consensuada, à espera de que se consiga



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

chegar a uma decisão unânime posteriormente⁴. É importante observar que a busca por consenso não implica em que não ocorram debates acalorados e divergências às vezes difíceis de conciliar.

Poderíamos afirmar que o ‘discurso’, enquanto modalidade de fala (em Assembleias/reuniões, etc), diz respeito a uma concepção de política que se relaciona com noções como ‘liderança carismática’, ‘condução de massas’ e ‘vitória por votação’, pressupondo um sentido de competição entre diferentes pontos de vistas e diferentes grupos em que vence aquele que ganha a votação. São procedimentos plenamente compatíveis om a noção de democracia representativa. A “conversa” como forma de comunicação, por seu turno, estaria mais ajustada a uma ação baseada em noções como horizontalidade, consenso e não liderança, dizendo respeito ao estabelecimento de relações de cooperação entre as diferentes visões e grupos, no qual, lembrando as palavras de um ativista, “todos podem combinar e tentar direcionar seu pensamento para um pensamento coletivo”. São, portanto, procedimentos bem diferentes entre si, com resultados também bastante distintos.

Por outro lado, vale observar que foi possível perceber, durante a ocupação, o estranhamento ou não compreensão, por parte de ‘militantes institucionais’ ou pessoas mais velhas que lá estiveram para apoiar o movimento, do fato de o movimento se entrincheirar nas dependências da Câmara Legislativa, um local de difícil acesso à população em geral, especialmente para aqueles que não dispõem de carro. Para elas, o movimento deveria ganhar as ruas, pois na forma em que se apresentava, era um típico movimento de ‘vanguarda’, sem a participação popular.

Para os ativistas autônomos ocupantes, não se trata de um movimento de vanguarda – posição que os ativistas veementemente recusam e se preocupam em não assumir em sua atuação - mas de um movimento radical que faz uso de ações diretas e de uma radicalidade à qual os segmentos institucionais da política tornaram-se menos afeitos, com a acomodação das forças políticas tradicionais na democracia representativa. Em estratégias como essa percebe-se uma lógica distinta em funcionamento que diz muito da lógica da ação direta: embora a ampla participação da sociedade seja sempre desejada, outros aspectos são

⁴ Embora, conforme depoimento de um integrante mais antigo do MPL, já tenham ocorrido votações no âmbito do movimento, quando da realização de um evento de abrangência nacional, onde se encontravam coletivos de inúmeros estados.



também levados em consideração. Ao ocuparem pela segunda vez a CLDF⁵, logo após a primeira saída do plenário quando da leitura dos pedidos de *impeachment*, os autonomistas iniciaram um diálogo, à porta do plenário, cujo resultado levaria à segunda entrada na CLDF, momento em que se configurou um grupo de afinidade⁶. Os ativistas ali reunidos partilhavam de concepções similares relativas à ação política, apartidarismo, horizontalidade, consenso e a prática de ações diretas. Quando, posteriormente, outros militantes partidários/ institucionais/ não autônomos se juntaram ao grupo, mesmo sem partilhar da totalidade de seus princípios, formou-se um novo grupo, cuja maior convergência consistia em acreditar na ocupação como uma estratégia válida de luta. A esse grupo, ativistas ‘anti-alter-globalização’ chamariam de *cluster*, como definido pelo sociólogo anarquista Felipe Corrêa Pedro (2004):

Um *cluster* é uma associação de grupos de afinidade que é formada para fazer uma ação específica ou tomar parte numa ação maior. Geralmente os *clusters* são formados quando uma tarefa precisa ser feita, como, por exemplo, bloquear uma rua, e um grupo de afinidade é insuficiente para efetua-la. Faz-se então um *cluster* com o objetivo de cumprir essa tarefa, que o grupo não teria como fazer (2004:52).

Evidentemente, um *cluster*, enquanto grupo de ação mais amplo e heterogêneo implica em uma tendência a mais e maiores conflitos internos no decorrer da ação programada, o que em si pode descaracterizar a definição do ‘grupo de afinidade’. O fato de constituírem um conjunto de pessoas que, a par de suas diferenças, compartilham da ‘crença’ e prática de uma mesma estratégia de luta em um determinado momento, sugere a formação de um conjunto de ‘grupos de afinidade’, que se configuram diferentemente em diversos contextos da ação política, a depender do que se considere como compartilhado. O importante aqui seria a habilidade coletiva de estabelecer um entendimento sobre as questões básicas da ação, permitindo que esta venha a se desenrolar a contento, dentro de seus pressupostos, a despeito das diferenças inter-grupos. Por outro lado a noção de *cluster* se distingue da de ‘frente ampla’, na medida em que está voltada para a realização de uma determinada ação.

Temos aqui, portanto, várias noções envolvidas. A noção de *grupos de afinidade*, como já observamos, refere-se a um grupo de pessoas que compartilham de vários princípios

⁵ A primeira entrada no Plenário da CLDF, feita de forma relativamente ‘espontânea’, em conjunção com os partidos políticos e centrais sindicais, teve como objetivo forçar a leitura dos processos de impeachment. Essa ação se enquadra melhor na ação teatral e consentida, típica das relações existentes entre os poderes, partidos e entidades sindicais na democracia representativa contemporânea. A reentrada no plenário, meia hora mais tarde, como já relatamos, constitui a segunda ocupação, a que nos referimos.

⁶ Noção criada por trabalhadores anarquistas, ao final do século XIX,. Para maiores detalhes, ver Pedro (2004:50).



e um certo nível de intimidade, reunidas em torno de uma causa ou ação. O *cluster* seria o conjunto desses *grupos de afinidade*, voltados para a realização de determinada ação. O *coletivo* seria a forma como os ativistas autônomos denominam sua forma de organização, pautada por princípios organizacionais descentralizados e não hierarquizados. Um *movimento social*, em contraste com os termos aqui abordados, seria uma organização que se volta para uma causa com amplitude social, reunindo amplos segmentos da sociedade e rompendo, portanto, os limites do *grupo de afinidade*. Por fim, a *frente ampla* teria um sentido mais abrangente que o *cluster*, na medida em que pretende uma aliança de caráter mais duradouro, voltada para a luta por uma causa. A *frente ampla* poderia se tornar um *grupo de afinidade ampliado*, na medida em que as ações vão avançando e o grupo vai criando vínculos mais profundos entre seus integrantes, baseados no conhecimento e companheirismo que o exercício do ativismo continuado produz. A definição de *rede*, por sua vez, constituindo-se em uma construção conceitual que assume diferentes formas, poderia perpassar a noção de *cluster*, a de *frente ampla* ou a de uma conglomeração de movimentos/coletivos de caráter mais permanente. As redes, como lembra Barnes (1987), também articulam relações abertas e momentâneas entre diversos atores, o que lhes concede diferentes conformações não estritamente definidas ao longo do tempo.

Vale notar que, ainda que o *cluster* represente uma comunalidade (de ações e procedimentos) entre diferentes grupos/organizações políticas, construída a partir de determinada ação, é curioso perceber as características de cada universo político, quando um(s) dos grupos de ativistas está(o) a frente das manifestações. Tome-se como exemplo uma passeata conduzida pelo conjunto dos militantes do movimento 'Fora Arruda e toda Máfia', em que militantes dos partidos, DCE, e outras entidades similares preponderavam: a manifestação saiu da Praça Zumbi dos Palmares⁷, encaminhou-se em compridas filas - à semelhança de uma procissão e sempre respeitando um espaço previamente negociado com a polícia - em direção à rodoviária, tendo como seu ponto final a área externa do Congresso Nacional. No caso daquela conduzida pelo movimento autônomo, realizada como um Carnaval fora de época, a manifestação saiu como um bloco carnavalesco, com ativistas fantasiados e um amplificador de som carregado em um carrinho de mão, circundou a área em torno da plataforma superior da rodoviária, e teve seu momento de auge no andar de baixo da rodoviária.

⁷ Próxima à Rodoviária.



De certa forma, os trajetos e o ‘estilo’ com que foram percorridos revelam o que é mais valorizado pelos dois conjuntos de militantes/ ativistas: enquanto os “institucionais” continuam a pontuar o Congresso Nacional como instância de diálogo no fazer político, os autônomos procuram estabelecer ligações com a população da cidade, no local que concentra e simboliza seu ir e vir cotidiano⁸; enquanto os “institucionais” seguem em forma ordeira para o local previamente definido, em acordo com a polícia – denotando o caráter mais formal das ações dessas organizações; os autônomos carnalizam as vias, desafiando as determinações policiais, e interrompendo o tráfego - o que, além de exprimir uma delimitação da importância do carro frente às pessoas que habitam a cidade, também traduz o apreço do grupo pelo sentido ‘não autorizado’ das ações diretas.

Assim, é possível concluir que vários dos conflitos/diferenças presentes inicialmente entre as diferentes formas de organização continuam a se manifestar no *cluster* ou na *frente ampla*, e mesmo amenizados pela construção conjunta da experiência, persistem em vários momentos dessa atuação, o que pode levar, eventualmente, até à dissolução do grupo.

Voltando à questão da ação de vanguarda, alegada pelos que observam atuações como a ocupação da Câmara Legislativa do DF - mesmo constituindo-se em tema que envolve um amplo debate teórico - pode ser tratada de forma diferente. Do ponto de vista dos militantes autônomos, tal noção estaria muito mais associada à postura que as pessoas de um determinado grupo assumem em relação a todos os demais que não fazem parte dele, ou, ao restante da sociedade – as ‘massas’. Assim, dentro do ‘segundo grupo de afinidade’, formado para realizar a ocupação da Câmara Distrital do DF, havia pessoas, geralmente pertencentes aos partidos ou a entidades representativas que se viam e agiam como vanguarda, se reportando aos que não estavam ali como pessoas que deveriam ser ‘despertadas’, ter a atenção chamada ou serem ‘conduzidas’ a se juntar àquela ação. Não raro, consideravam que poderiam trazê-las à ação de uma forma simples e/ou rápida. Os ativistas autonomistas, por sua vez, consideravam que ali estava um grupo de pessoas reunidas que acreditavam em um determinado propósito e por isso dispunham-se a praticar uma determinada ação direta. A adesão das outras pessoas é considerada, nesse ambiente,

⁸ É bom mencionar que a Rodoviária do Plano Piloto tornou-se um ponto de convergência para manifestações de sindicatos e partidos a partir da atuação do MPL, que sempre valorizou o local para essa finalidade. Há, inclusive, um vídeo do grupo em que um dos ativistas, em meio a uma manifestação, reflete sobre por que escolher a rodoviária – local onde estão as pessoas, ao invés do Congresso Nacional – onde estão os políticos. Em períodos anteriores, de acordo com o depoimento de alguns militantes mais antigos da cidade, as manifestações políticas da cidade se concentravam ou em frente ao Congresso Nacional ou na Praça do Povo, no Setor Comercial Sul.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

algo mais complicado, embora seja também o desejo do grupo. Assim, em uma mesma ação pode-se encontrar pessoas que se vêem e agem como vanguarda (geralmente militantes institucionais) e outras que não se pautam por tais posturas.

A ocupação de resistência, portanto, ao invés de se constituir como ato de vanguarda, é concebida pelo movimento autônomo como a prática de uma ação direta. Seus efeitos são percebidos como ocorrendo em duas dimensões distintas. A primeira atém-se aos efeitos diretos que a ação desencadeia, em relação à causa ou pauta reivindicada. A segunda diz respeito à própria experiência que a ocupação propicia. Voltemos à ocupação da Câmara Legislativa para proceder à análise dessas dimensões.

Ao ocuparem a Câmara Legislativa, os integrantes do Movimento Fora Arruda e Toda Máfia reforçaram a atenção da mídia e da sociedade em geral para as grandes contradições nas quais a política local havia se encerrado. A instituição que deveria dar prosseguimento ao pedido de *impeachment* estava igualmente eivada por denúncias de recebimento de propina e tráfico de influência. Assim, a resistência, por uma semana, nas trincheiras da Câmara Legislativa gerou um evento que provocou os olhares locais e nacionais sobre o espaço que simbolizava - e detinha - o poder de encaminhamento da solução e, ao mesmo tempo, a sua negação. Foi também por se manterem instalados à força na 'Casa do Povo' que a Câmara Legislativa se converteu, por um breve período, em um autêntico comitê anti-arruda, onde diversas forças sociais puderam se encontrar e se reforçar mutuamente, espelhando para a sociedade uma reação de protesto. O foco diário na ocupação lembrava à sociedade - e aos políticos em particular - que algo deveria ser feito para que a 'normalidade' fosse restaurada, sob pena de tornar todo o sistema, de tão desmoralizado, insustentável. Uma das questões que deve ter se colocado então para o próprio Executivo local foi como desocupar o espaço sem deixar tão gritante a grande diferença com que são tratados os que integram as lutas sociais (e a população em geral) e os políticos, os ricos e os poderosos. Ou como justificar uma retirada violenta dos 'estudantes infratores da ordem', para reconstituir uma normalidade em que os envolvidos em flagrantes e ostensivas cenas delituosas saíam completamente ilesos.

A ocupação da CLDF possibilitou à sociedade, enfim, ainda que por breves dias e de forma desigual, refletir sobre as contradições e o desgaste ao qual a política, enquanto instituição, havia se lançado, impulsionando e/ou fortalecendo as ações de outros segmentos, como a OAB, partidos de oposição, sindicatos e cidadãos em geral. Mas há também um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

outro papel, não explorado pela mídia, mas de igual importância para os que realizaram essa ação direta, que diz respeito à própria experiência diária vivenciada pelos ocupantes.

Ao tempo em que criam fatos políticos na sociedade, as ocupações são um espaço privilegiado onde também se gera uma dinâmica interna peculiar. É nesse espaço, como já descrevemos, que se estabelecem novas regras de relacionamento e convivência no grupo, que se procura construir o dia a dia da ocupação segundo a concepção de que o pessoal (e cotidiano) também é político. De um modo geral, os participantes autônomos procuram pautar suas ações, em ocasiões como essa, por princípios como “não há prática revolucionária sem forma revolucionária” ou por visões semelhantes à exposta por João Bernardo (marxista autonomista português), em seu texto “Auto-gestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas”:

“Em qualquer luta importa mais a forma de organização das/os participantes do que o conteúdo ideológico inicial. A tomada de consciência faz-se através da possibilidade que cada pessoa tiver de colaborar na condução prática da luta, sem se limitar a ouvir doutrinas ensinadas por outras/os. (...) É a luta o fundamento e o principal motor dessa pedagogia, e a autonomia ou se aprende a partir de uma base prática ou não se aprende. Estes são critérios totalmente opostos ao do estado capitalista” (Bernardo, 2008: 42-3).

Mais uma vez, há dificuldades de várias ordens a serem enfrentadas quando se juntam pessoas e grupos com culturas políticas tão distintas como partidos políticos e movimentos sociais autônomos. Mas acaba por ser uma experiência em que são construídas várias pontes entre esses movimentos/grupos. É preciso ressaltar aqui a existência de variados graus de resistência dentro do movimento autônomo brasileiro, no que toca à relação com partidos e entidades sindicais/representativas (como CUT, UNE, CONLUTE, etc.). Estas posições vão da franca impaciência a uma atitude mais tolerante e articuladora. Enquanto alguns integrantes consideram que a ideologia anti-partidária pode ser preconceituosa e contra-producente; outros pensam que é difícil combinar ações quando as lógicas que as pautam são tão distintas. Seria o caso da diferença entre a lógica partidária ou de movimentos sociais que trabalham em uma estrutura hierárquica, ou mesmo daqueles que partilham de uma perspectiva marxista mais ortodoxa (focada exclusivamente na luta de classes), em relação à lógica autônoma. A esse respeito, uma ativista comenta:

“A única coisa que nos une, em qualquer frente mais ampla de ação (com militantes partidários ou de movimentos sociais hierarquizados) é o anti-capitalismo. No mais, divergimos em quase tudo, especialmente no que se refere à forma de ação. Assim, o máximo que podemos fazer é uma rede de solidariedade pautada por esse objetivo comum.” (depoimento de uma ativista do MPL).

A forma de ação a que essa ativista se refere diz respeito, entre outras, à noção de que ‘os fins justificam os meios’, prática adotada historicamente por uma parcela



significativa dos militantes institucionais de esquerda, em contraposição ao prefigurativismo, que costuma pautar as ações dos movimentos autônomos. A forma, portanto, converte-se em aspecto essencial da ação política, pois ela diz respeito aos princípios que constituem a base da ação dos movimentos autônomos.

Seja como for, a experiência da ocupação repercute, fundamentalmente, em seus participantes e nas relações que estabelecem entre si, constituindo-se, enquanto estratégia de resistência, em uma oportunidade privilegiada para a ampliação e divulgação da perspectiva dos movimentos autônomos, por meio da intensa experiência cotidiana de seus princípios de atuação por parte dos integrantes do ato.

É bem verdade que é também nesses momentos que surgem conflitos algumas vezes difíceis de contornar. Foram várias as queixas, principalmente das moças vinculadas ao movimento autônomo, quanto ao tratamento ‘machista’ que receberam por parte de alguns militantes não autônomos (institucionais ou independentes). As queixas incluíram desde um constrangimento por parte dos homens em ter uma mulher integrando a Comissão de Segurança, a abordagens inconvenientes quando as moças dormiam na ocupação. Nesses casos, é possível perceber que muitas das atitudes padronizadas, adotadas pelo homem em nossa sociedade, são vistas de uma forma crítica e negativa por parte das moças que integram a ocupação. Tais episódios não constituem uma exclusividade da relação autônomos – não autônomos, ou seja, problemas semelhantes também ocorrem no meio autônomo.

2. As Ocupações como Rituais

As ocupações também poderiam ser vistas como rituais ou algo próximo a um momento de *communitas*, como delineado por Turner (1974), em que as regras relacionadas à estrutura são temporariamente suspensas, para um posterior retorno às mesmas. De acordo com Turner:

É como se houvesse nesse caso dois ‘modelos’ principais de correlacionamento humano justapostos e alternantes. O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens de acordo com de ‘mais’ ou de ‘menos’. O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como ‘comitatus’ não estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais, que se submetem em conjunto, à autoridade geral dos anciãos rituais” (1974:119).

As ocupações aqui estudadas constituem verdadeiros momentos de ‘*communitas*’. Nessas ocasiões, os valores habituais relacionados à prática política em uma sociedade



hierarquizada, com dominação patrimonial, machismo e organização em torno da democracia representativa, são temporariamente suspensos, e regras voltadas para o estabelecimento de uma comunidade baseada em relações horizontais, mais igualitárias e consensuais passam a vigorar. Divergem, entretanto, da fórmula de Turner, por não se tratarem de ‘comitês rudemente estruturados ou indiferenciados’. Ao contrário, é possível perceber que as relações igualitárias, no contexto da ocupação, são arduamente trabalhadas, conversadas, discutidas, para serem consensuadas e estabelecidas. A igualdade é, assim, construída e não espontânea, como Turner deixa entrever em seu texto.

Na abordagem da análise ritual desenvolvida por Peirano (2003), baseada em autores como Turner, Leach, Tambiah, Peirce, Jacobson e outros, toda ação social que se repete, e cujo desenrolar faz notar a presença de fases definidas, pode ser tratada como rito social. Se nos ativermos ao sugerido por Peirano (2003), poderemos verificar muitas correspondências entre o processo desenrolado durante a ocupação e aquele tratado pela autora.

Para Peirano, a passagem ritual, garantida por seu caráter performativo, se dá por três vias: a primeira, em resposta ao poder performativo das palavras, quando dizer alguma coisa já é fazê-la; a segunda, diz respeito à experiência vivenciada por participantes de uma performance que faz uso de múltiplos meios de expressão para atingir seu(s) fim(s); e a terceira, refere-se aos valores e percepções gerados a partir da ação ritual. O ritual, lembramos Peirano, é persuasivo e promove uma (re)conceitualização em seus participantes, por meio da expansão dos significados das palavras e das ações. Citando a análise ritual desenvolvida por Christine Chaves sobre a marcha dos Sem Terra, a antropóloga observa:

Christine Chaves finalmente nos mostra como a eficácia da ação ritual reside no fato de acionar crenças culturais essenciais – crenças que constituem uma cosmologia – mas, ao mesmo tempo, questionar determinadas estruturas sociais. Nesse sentido, rituais podem concorrer para a construção de novas legitimidades, permitindo desvendar mecanismos de diferenciação cultural e realizar a passagem das ideologias para os sistemas de ação (e vice-versa). É na ação que homens e mulheres de carne e osso, para citar mais uma vez a autora, buscam transformar interesses e ideais em realizações concretas. *Rituais são, assim, bons para pensar e bons para viver.* A partir deles tomamos conhecimento de nosso mundo ideal e de nossos projetos e ambições; a partir deles revelam-se trilhas, encruzilhadas e dilemas, e no processo, consegue-se, muitas vezes, encaminhar mudanças e transformações (op.cit.:47, grifo da autora).

Os integrantes da ocupação saem, em certo sentido, “transformados” pelas experiências que lhes permitiram vislumbrar um mundo vivido sob outras regras. A suspensão da vida cotidiana e o ingresso em um momento atípico – poder-se-ia dizer liminar - delinea-se com clareza: o acampamento em um espaço que não se destina a habitação, cercado por inúmeros profissionais da imprensa que mediatizam diariamente suas imagens,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

colocando suas ações sob um foco contínuo; a constante entoação de cânticos e palavras de ordem; as Assembleias (também rituais) diárias para discussão dos próximos passos; e a tensão permanente provocada pelas ameaças de confronto com as forças policiais, tudo isso contribuiu para a geração de um ambiente ritualizado, separado da vida cotidiana. A própria retirada dos ocupantes do espaço, por meio da atuação da Polícia Federal - quando os ocupantes foram carregados um a um, pela rampa da Câmara Legislativa, atravessando uma galeria formada, de um lado por seus apoiadores, que os aplaudiam e entoavam palavras de ordem; de outro, por seus opositores⁹, que vaiavam e entoavam palavras de ordem contrárias - constituiu um fechamento exemplar da experiência ritual. Nela é possível vislumbrar, inclusive, o cenário com o qual o grupo se depararia a partir de então.

De fato, os acontecimentos vividos nos dias e semanas posteriores à desocupação da CLDF mostrariam o crescente confronto entre as forças contrárias ao Governador e aquelas que o apoiavam. O melhor exemplo foi a ampla manifestação, realizada logo no dia seguinte à desocupação (em 09/12/2009), em frente ao Palácio do Governo, quando um imenso contingente policial, montado a cavalo e armado com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, agrediu ostensivamente manifestantes, repórteres e alguns transeuntes eventuais, transformando o evento em uma batalha campal.

Quanto aos efeitos acarretados pela ‘ocupação-ritual’, pode-se dizer que a experiência afeta as relações interpessoais e inter-grupais dos ocupantes que costumam, via de regra, sair fortalecidas. Pode-se também sintetizar, em traços largos, seu efeito sobre cada grupo de ocupante. No que se refere aos militantes institucionais, cria-se uma familiaridade destes com a teoria e prática política autônoma, levando-os a respeitar e tentar partilhar (pelo menos nesses momentos e em alguma medida) desse estilo de ação. Essa familiaridade também conduz a uma disseminação do gestual, palavras de ordem e jargão autonomista para além dos limites dos grupos autônomos e a uma ‘absorção reinterpretada’ por parte dos militantes e organizações “institucionais”. No que tange aos ativistas autônomos, pode-se perceber um efeito de maior tolerância e de conjugação de esforços com pessoas e grupos com pontos de vistas distintos dos seus. E no que diz respeito a participantes não atrelados a outras organizações, inicia-se o contato com uma cultura política diferente, levando muitas vezes os novos ativistas a aderirem (ao menos temporariamente) a novas frentes de lutas autônomas. Por fim, é possível constatar a centralidade da ocupação, que, ao constituir um

⁹ Apoiadores que foram enviados pelo então Governador Arruda, como se veio a saber posteriormente.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

universo (momento e local) onde a ideologia é plenamente vivida e um mundo novo é prefigurado, promove o empoderamento de seus integrantes que, mesmo eventualmente obrigados a desocupar o local, sentem-se vitoriosos ao sair da empreitada.

Os efeitos da ‘ocupação-ritual’, entretanto, não se restringem apenas a efeitos simbólicos de cunho psicológico e/ou cognitivo sobre seus participantes, percorrendo o roteiro previsível estrutura > *communitas* > retorno à estrutura. Como pode ser observado no caso sob análise, não é possível ignorar que, dentre os inúmeros fatores que contribuíram para a queda (prisão e posterior renúncia) do Governador José Roberto Arruda e, em seguida, a renúncia do Vice-Governador Paulo Octávio, a ocupação da Câmara Legislativa e a subsequente formação da frente Fora Arruda e Toda Máfia foram eventos decisivos. É bom lembrar o espanto causado para a maioria das pessoas da cidade, quando o Governador foi preso, às vésperas do carnaval de 2010 e como uma grande parcela dessa população já se considerava satisfeita com a simples substituição deste pelo seu vice. Tratou-se ali de um típico ‘embate político’ em que, de um lado, os setores vinculados à estrutura de poder vigente testavam os limites de acomodação dos fatos, na tentativa de causar o menor abalo possível a essas estruturas; e, de outro, as forças que exigiam uma reparação maior pressionavam por ações mais consistentes de mudanças.

A insistência do movimento Fora Arruda e Toda Máfia em permanecer atuando - realizando atos e passeatas pelas cidades do Distrito Federal, manifestações e pixações em frente às casas dos envolvidos nas denúncias, entre outras ações - certamente contribuiu, junto com sua repercussão na mídia, para que as diversas instâncias institucionais envolvidas lembrassem que algo mais efetivo deveria ser feito para que a normalidade institucional fosse recuperada. Mesmo o retorno à ‘normalidade’, com a posterior eleição indireta do Governador Rogério Rosso (em 19/04/2010), não se deu ao mesmo ponto em que se encontrava a estrutura antes da eclosão dos ‘momentos de *communitas*’ aqui relatados. Os movimentos sociais continuaram/continuarão disputando - fortalecidos pela experiência pregressa - com as demais forças sociais e políticas da sociedade, a conformação sócio-política local, cujo resultado não pode ser totalmente previsível, mesmo após as eleições e a posse do novo governador do DF.

3. Conclusão



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O MPL-DF e os movimentos sociais autônomos em geral, exemplificam a diversificada cultura política em constituição na contemporaneidade, especialmente entre jovens, que atua com base em princípios distintos dos vigentes no sistema político regido pela democracia representativa. Adeptos de uma noção de radicalidade política que transcende/confronta a institucionalidade, os novos atores estão longe de negar a importância da atuação política, ao contrário, propõem uma reconceitualização do fazer político. Dessa forma, vão criando/readaptando novas/velhas formas de ação, embasadas em uma necessidade de participação política direta, descentralizada, deshierarquizada e autônoma, mais compatível com noções como a de ‘democracia direta’ ou ‘democracia real’. Essa crescente necessidade de ‘participação sem intermediários’ certamente se relaciona com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação (na medida em que as mesmas promovem e possibilitam o estabelecimento de relações mais diretas e não intermediadas por organizações ou estruturas formais), de um lado, e com o atual desgaste das velhas fórmulas da democracia representativa, de outro. As ações diretas, por sua vez, parecem estar mais ajustadas a esse novo contexto e, como vimos no caso focado, estão longe de implicar em ações ‘espontâneas’ e/ou ‘impensadas’. Mesmo em seu aspecto ritual, as ocupações, como exemplo de ação direta, são fruto, ao mesmo tempo em que promovem, reflexões e reconceitualizações em seus participantes e nos demais atores do contexto em que se inserem. Lembrando Gohn (2006) e Katsiaficas (2006), as ocupações, da mesma forma que outras estratégias de ação, constituem mecanismos a partir dos quais movimentos sociais desempenham um papel fundamental na sociedade, desbravando horizontes, ou melhor, configurando novos imaginários, onde muito do que é convencionalmente considerado impossível ou improvável, em um dado contexto ou sociedade, passa a tornar-se possível.

Bibliografia

BERNARDO, João. *Auto-gestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas*. Pensamento Heterodoxo I, Estudos da América Insurgente e de Resistência Global. Caderno de Provocações, Módulo Denso I – CGA, mimeo, p. 42 - 44, 2008.

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 5ª Ed. 2006[1996].



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

KATSIAFICAS, G. *The subversion of politics: european autonomous social movement and the decolonization of every day life*. Oakland, CA: AK Press, 2006[1996].

PEDRO, Felipe Corrêa. *A Ação Direta como Forma de Combate à Globalização Neoliberal: o movimento de resistência global e as manifestações de Seattle.*: Monografia (Graduação em Sociologia) - Escola Pós-Graduada em Ciências Sociais. SP: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2004.

PEIRANO, M. *Rituais ontem e hoje*. Coleção Passo a Passo, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SARAIVA, A. *Movimentos em Movimento: uma visão comparativa entre dois movimentos sociais no Brasil e Estados Unidos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2010.

TURNER, V. *O processo ritual*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.